

No caso de resposta afirmativa à questão 1:

direito de autor e dos direitos conexos, é compatível com as disposições de direito da União Europeia anteriormente referidas?

2a) Segundo o Direito da União Europeia, fica reservado ao legislador dos Estados-Membros, *também relativamente a outros direitos para além do direito de aluguer e do direito de comodato*, no que concerne os *direitos de exploração na aceção do n.º 1* devidos ao realizador principal de uma obra cinematográfica ou audiovisual *ou a outros autores definidos pelo legislador dos Estados-Membros*, prever uma presunção legal de cessão desses direitos ao produtor da obra e, em caso afirmativo, *devem ser respeitadas as condições previstas no artigo 2.º, n.ºs 5 e 6, da Directiva 92/100/CEE, em conjugação com o disposto no artigo 4.º da mesma?*

- (<sup>1</sup>) Directiva 92/100/CEE do Conselho, de 19 de Novembro de 1992, relativa ao direito de aluguer, ao direito de comodato e a certos direitos conexos aos direitos de autor em matéria de propriedade intelectual (JO L 346, p. 61).
- (<sup>2</sup>) Directiva 93/83/CEE do Conselho, de 27 de Setembro de 1993, relativa à coordenação de determinadas disposições em matéria de direito de autor e direitos conexos aplicáveis à radiodifusão por satélite e à retransmissão por cabo (JO L 248, p. 152).
- (<sup>3</sup>) Directiva 2006/116/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro de 2006, relativa ao prazo de protecção do direito de autor e de certos direitos conexos (JO L 372, p. 12).
- (<sup>4</sup>) Directiva 2001/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Maio de 2001, relativa à harmonização de certos aspectos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade da informação (JO L 167, p. 10).

2b) A titularidade originária desse direito relativamente ao realizador principal de uma obra cinematográfica ou audiovisual *ou a outros autores definidos pelo legislador dos Estados-Membros* também se deve aplicar aos direitos conferidos pelo legislador de um Estado-Membro a uma remuneração equitativa como a denominada *Leerkassettenvergütung* [remuneração por cassetes vazias] prevista no § 42b da *Urheberrechtsgesetz (UrhG)* [Lei dos direitos de autor] austríaca ou ao direito a uma compensação equitativa nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alínea b), da Directiva 2001/29/CE?

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Tribunal Supremo (Espanha) em 7 de Junho de 2010 — Telefónica de España S.A./Administración del Estado**

(Processo C-284/10)

(2010/C 246/32)

Língua do processo: espanhol

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Tribunal Supremo

**Partes no processo principal**

*Recorrente:* Telefónica de España S.A.

*Recorrida:* Administración del Estado

**Questão prejudicial**

A Directiva 97/13/CE (<sup>1</sup>) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de Abril de 1997, relativa a um quadro comum para autorizações gerais e licenças individuais no domínio dos serviços de telecomunicações, em particular o seu artigo 6.º, permite que os Estados-Membros imponham ao titular de uma autorização geral o pagamento de uma taxa anual, calculada com base numa percentagem, não superior a dois por cento, das receitas brutas de exploração facturadas no ano correspondente, destinada a cobrir os custos, incluindo os custos de gestão, suportados pelo organismo de telecomunicações, decorrentes da aplicação do regime de licenças e de autorizações gerais, nos termos previstos no artigo 71.º da Lei Geral de Telecomunicações n.º 11/1998, de 24 de Abril?

No caso de resposta afirmativa à questão 2b:

3. Segundo o Direito da União Europeia, fica reservado ao legislador dos Estados-Membros, no que concerne os direitos na aceção do n.º 2 que são devidos ao realizador principal de uma obra cinematográfica ou audiovisual *ou a outros autores definidos pelo legislador dos Estados-Membros*, prever uma presunção legal de cessão desses direitos ao produtor da obra e, em caso afirmativo, *devem ser respeitados o artigo 2.º, n.ºs 5 e 6, da Directiva 92/100/CEE, em conjugação com o seu artigo 4.º?*

No caso de resposta afirmativa à questão 3:

4. O disposto numa lei de um Estado-Membro que, embora reconheça ao realizador principal de uma obra cinematográfica ou audiovisual *ou a outros autores definidos pelo legislador dos Estados-Membros* o direito a 50 % dos direitos de remuneração legais, define este direito como disponível, e por conseguinte como não irrenunciável, em matéria do

(<sup>1</sup>) JO L 117, p. 15